

Em relação à compra de medicamentos mais caros nas licitações, enquanto havia outros com preços mais baixos, Frejat diz que não havia alternativa. “O único comprado mais caro foi a Heritropoietina (remédio usado para aumentar glóbulos vermelhos). Existem três tipos e os médicos podem receitá-la de acordo com a necessidade do paciente”, afirma. O ex-secretário conta que há doentes que não podem tomar Albumina — substância contida no medicamento que pode fazer mal a quem é alérgico — e por isso teve de adquirir um tipo mais caro.

O porta-voz do GDF, Paulo Fona, disse que as autoridades citadas ainda vão se pronunciar na Justiça e se defenderão no momento oportuno. O diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde, Norberto Rech, anunciou ontem que os repasses financeiros e de medicamentos para a Secretaria de Saúde do Distrito Federal estão em dia. Segundo Rech, houve um pequeno atraso nas entregas, que já está sendo regularizado. A Secretaria de Saúde elaborou e divulgou um relatório apontando que remédios para diabetes, pressão alta e hanseníase não foram repassados em alguns meses do ano. Rech diz não foi informado sobre o desabastecimento no DF e que o documento não chegou ao ministério.

O secretário de Saúde do DF, Arnaldo Bernardino, afirmou que o relatório foi feito com base no sistema de abastecimento do ministério e enviado na sexta-feira.

Colaborou Fabíola Góis

Correio Braziliense - 14/10

Governo x Microsoft

Cátia Luz e Estela Caparelli

O governo Lula nunca escondeu certo incômodo com os contratos de tecnologia firmados em gestões anteriores, principalmente nos anos FHC. As cláusulas desses contratos, que representam gastos anuais de pelo menos R\$ 2 bilhões, seriam quase sempre “draconianas”, como gosta de definir a administração petista. Agora, o incômodo está mudando de lado e, alertas, os fornecedores da área se preparam para enfrentar chumbo grosso. Uma decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), na semana passada, abriu a guerra ao colocar em jogo os serviços e produtos usados por 300 mil computadores do governo federal. O tribunal quer quebrar a hegemonia da Microsoft e tenta abrir caminho para o chamado software livre. Trata-se de um tipo de programa sem dono que é, por isso, aberto a modificações por qualquer usuário. Como não há empresa detentora dos “direitos” desses programas livres, seu custo seria bem menor.

A decisão foi um soco no estômago da Microsoft. O TCU condenou o método de venda da empresa ao governo porque a companhia de Bill Gates teria monopolizado os contratos governamentais ao escolher uma única empresa, a TBA, como distribuidora de seus produtos no país. A parceria entre as duas estaria impedindo a entrada de novos concorrentes.

No documento, o relator do processo, ministro Augusto Sherman Cavalcanti, determina a aquisição de softwares livres pelo setor público como uma alternativa que pode significar “economia, segurança e flexibilidade”.

O software livre segue uma filosofia oposta àquela que fez de Gates o homem mais rico do mundo. O negócio bilionário da Microsoft é baseado na venda de programas cujos códigos - uma espécie de “fórmula” de fabricação - são sigilosos e de propriedade da companhia. Ninguém sabe como são feitos e apenas técnicos certificados pela própria empresa conseguem resolver problemas de operação.

O governo lista uma série de virtudes para defender o novo modelo. O software livre não exige o pagamento de licença, gerando economia aos cofres públicos. Não haveria emissão de royalties ao Exterior, o que aliviaria as contas externas. Além disso, como qualquer empresa pode oferecer o software livre, o conceito estimula a concorrência e permite o desenvolvimento da tecnologia por brasileiros. “Nos governos, o código aberto ganha ainda uma importância crucial: está diretamente ligado à segurança nacional”, afirma Alexandre Oliva, do Instituto de Computação da Unicamp.

E “Em um sistema fechado é impossível saber o uso efetivo que é feito das informações”, explica. A segurança da tecnologia chega a ser superior a de softwares proprietários, acredita Rodrigo Stulzer, diretor de produtos e soluções da Conectiva, a maior distribuidora brasileira do Linux - sistema operacional em que funcionam os softwares livres. “Se milhares de usuários têm acesso à receita de um sistema operacional, quando um furo de segurança acontece são milhares de pessoas a postos para corrigir o programa”, afirma Stulzer.

Para a Microsoft, as vantagens alardeadas do Linux formam uma cortina de fumaça em tomo dos problemas do código aberto. A empresa afirma que os custos com licença representam apenas uma pequena parte dos gastos totais de seus clientes. O custo maior estaria no pagamento dos serviços, como treinamento e suporte técnico. Outra desvantagem do “mundo livre” apontada pela Microsoft seria a falta de padronização dos diversos programas. “Há uma defesa emocional do software livre por pessoas do governo. Não se trata de democracia versus monopólio. Não estamos falando de americanos contra a tecnologia nacional. A questão precisa ser avaliada com critérios técnicos”, diz Luiz Marcelo Moncau, diretor de marketing e negócios da Microsoft Brasil.

Longe de disputas Ideológicas, casos de empresas dispostas a diminuir custos e agilizar processos indicam um bom horizonte para o código aberto no país. Só nos últimos três anos, o faturamento da Conectiva, especializada em Linux, pulou de R\$ 4 milhões para R\$ 10 milhões. Segundo uma pesquisa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), da Universidade de São Paulo, 54 % das grandes empresas consultadas já utilizam o Linux em seus servidores. Com a migração para o sistema de código , aberto, as Casas Bahia, por exemplo, conseguiram reduzir em 80% seus gastos com tecnologia.

Uma das maiores redes de varejo do país, com 8 milhões de clientes, mais de 300 unidades e um faturamento de US\$1,6 bilhão, as Casas Bahia trocaram, ainda em 2001, todos os seus servidores e estações para Linux.

No mesmo caminho, a Telemar reduziu de 16 para apenas um o número de servidores da empresa depois da implantação do código aberto. “Só em equipamentos economizamos algo em torno de R\$ 3 milhões”, afirma Marcos Calixto, diretor de tecnologia da informação. A nova tecnologia diminuiu, em alguns casos à metade, o tempo de processamento das operações.

Símbolo da era dos grandes computadores, a IBM está no time do código aberto. “O argumento de que a manutenção e o treinamento de mão-de-obra são caros não é verdadeiro. Em qualquer curso de tecnologia, garanto que 90% dos alunos dominam o Linux”, afirma Vânia Curiati, diretora de software da IBM.

Há duas semanas, aproveitando a mudança dos ventos a favor do Linux, a subsidiária brasileira fechou uma parceria com o governo para o desenvolvimento do código aberto na administração federal. A empresa já fez acordos similares com outros 132 governos, entre países, Estados e prefeituras.

Em agosto, representantes de 42 órgãos públicos definiram ações para a implementação do conceito de código aberto dentro do governo até 2004. Com isso, o Brasil juntou-se ao grupo de governos que incentivam o uso do Linux, como Alemanha, China, Índia, França, Rússia, Suécia e Inglaterra.

A Microsoft faz questão de dizer que, no caso brasileiro, a invasão do Linux no mercado estatal não fará um grande estrago. Segundo a empresa, as vendas para o governo representaram apenas 6% de seu último faturamento anual no país, de R\$ 878,5 milhões. O problema é que a postura do governo pode induzir empresas do setor privado.



“A decisão do governo nos anima a esperar o crescimento dos negócios no Brasil”, diz Sandro Nunes Henrique, presidente da Associação Brasileira de Software Livre. Atualmente, as 400 empresas que vendem produtos ligados ao software livre faturam R\$ 40 milhões por ano no Brasil.

CÓDIGO ABERTO JÁ É ADOTADO POR VÁRIOS GOVERNOS NO MUNDO.

Para barrar o crescimento dos adeptos da tecnologia aberta nos poderes públicos, a Microsoft decidiu abrir no início do ano seus códigos para que representantes de governos de todo o mundo possam estudá-los. Ao mesmo tempo, avalia no Brasil se vai pedir a revisão da decisão do TCU. O processo no tribunal foi aberto porque a Secretaria de Direito Econômico (SDE) já havia apontado ações anti-concorrenciais da Microsoft no mercado de Brasília, depois que a empresa IOS acusou a TBA de concorrência desleal, em 1998.

A implantação do novo sistema na administração federal está sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, ligado à Casa Civil. “O software livre significa aumento da concorrência, desenvolvimento de tecnologia no país e economia para o governo. Não há mais espaço para reserva de mercado”, diz Sérgio Amadeu, responsável pelo programa.

Revista Época, 20/10/03

Escola pública terá verba para banda larga

Luis Renato Strauss

O TCU (Tribunal de Contas da União) aprovou um parecer que permite a abertura de um novo tipo de licitação para criar uma rede de banda larga nas escolas de ensino público. O projeto é ligado ao Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), que já tem disponíveis R\$ 2,7 bilhões.

A principal tarefa do fundo, que faz parte dos Ministério das Comunicações, é combater o analfabetismo e a exclusão digital. Em 2001, uma liminar travou a licitação do projeto ligado ao Fust, pois a concorrência ficou restrita às atuais concessionárias. Parado, o fundo, que recebe 1% da receita bruta das empresas de telecomunicações, acumulará até o fim do ano um saldo de R\$ 3 bilhões.

Segundo o ministro Miro Teixeira (Comunicações), as regras do novo modelo de concessão serão encaminhadas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em novembro. “Se o presidente aceitar a proposta, em janeiro ou em fevereiro, iniciaremos o processo de licitação.” A audiência pública para o assunto está marcada para o dia 5 de novembro.

O texto, aprovado em assembléia dos ministros do TCU, é o resultado de um questionamento sobre a liberalização dos recursos do fundo encaminhado ao tribunal pelo Ministério das Comunicações no início do ano.

A meta da última gestão era a instalação de 290 mil computadores em 13 mil escolas públicas do ensino médio até 2002 —o objetivo final era ter 25 alunos para cada micro. Segundo o Inep (Instituto Nacional de Estudos Pesquisas Educacionais do MEC), em 2002, somente 38% das 15 mil escolas do ensino médio público possuíam acesso à internet, enquanto na rede privada eram 78% dos 7.000 colégios. No ensino fundamental (de 1ª a 8ª série), a porcentagem cai para 8% dos colégios públicos (154 mil) e para 47% dos particulares (19 mil).

O novo modelo passará a ser legislado pela Lei Geral de Telecomunicações, e não mais pela lei de licitações. Ou seja, o ministério passará a conceder a exploração de uma nova área, a de universalização digital, que será paga pelo Fust, em vez de fazer uma compra, como a de computadores.

